

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1019 - 20/3/2017

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

ACORDO INTERNO

MOBILIZAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES GARANTE PRORROGAÇÃO

A intensa mobilização de funcionários e professores conseguiu demover a Fundasp de sua intenção de suspender o Acordo Interno de Trabalho da PUC-SP até que novo texto fosse estabelecido.

A decisão da Fundasp suspendia todas as cláusulas do histórico Acordo Interno da PUC-SP, deixando professores e funcionários sem acesso a bolsas, desconto em refeições auxílio-escola, adiantamentos, entre outros benefícios conquistados. A decisão tinha por base a suspensão da chamada ultratividade pelo Ministro Gilmar Mendes do STF.

Os funcionários reuniram-se em uma das maiores assembleias dos últimos anos e protestaram contra a proposta da Fundasp de analisar o texto suspenso caso a caso, o mesmo acontecendo com professores que aderiram à carta retirada na assembleia da AFAPUC em 6/3. (veja

íntegra nesta edição)

Após uma semana tensa onde os usuários do restaurante universitário, por exemplo, tiveram de pagar o valor completo da refeição e professores viram negadas as renovações de suas bolsas dissídio, nova reunião foi agendada com a Fundasp. Nela afinal, o secretário executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzollo, concordou em firmar um aditamento com as associações prorrogando para 31/4 a vigência do atual texto do acordo.

Em caso de não ser firmado um novo acordo até esta data, o texto prevê que "a Fundasp e as Associações se reunirão novamente, visando garantir o direito dos funcionários e professores" (veja íntegra do comunicado nesta edição).

O secretário-executivo também informou que, enquanto não são acerta

continua na próxima página



Avenida Paulista lotada na noite de 15/3

**FORA TEMER!
ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !
CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!
CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!
PREPARAR A GREVE GERAL!**

**FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!**

**Associe-se
à AFAPUC**

continuação da página anterior

enquanto não são acertados os valores de reajuste salarial, a PUC-SP deverá adiantar, já a partir do próximo mês, 4% nos salários de docentes e funcionários. Os professores que entraram na PUC-SP antes de 2005 deverão também ter incorporados ao seu salário mais 1%, referente ao acordo dos 7,66% firmado entre a APROPUC e a Fundasp.

Assembleia dos funcionários

Os funcionários reuniram-se novamente na segunda-feira, 13/3, para tomar conhecimento da de-

cisão da Fundasp e novamente o auditório estava lotado com mais de 150 funcionários. A diretoria da AFAPUC informou a decisão da Fundasp sobre a prorrogação e da intenção do secretário-executivo de subsidiar o bandeijão em 100%, por somente uma semana, para cobrir o período em que foi cobrado o valor integral. A DRH afirmou que os demais benefícios serão contemplados nos prazos previstos.

Nas próximas segundas-feiras, pela manhã, a APROPUC e a AFAPUC se reunirão com a Fundasp para discutir o novo texto do acordo.

Os professores também se encontraram na noite de



ANA AMOROSO

Funcionários reúnem-se em assembleia

13/3, para tomar conhecimento das decisões e marcar novas reuniões todas às segundas, às 18h, para discutir os encaminhamentos das questões, o que também deverá acontecer com os funcionários.

Para APROPUC e

AFAPUC a discussão de um novo texto de acordo interno de trabalho é fundamental para a manutenção e ampliação das conquistas históricas dos trabalhadores da PUC-SP, bem como para a conquista da isonomia entre as categorias.

Comunicado conjunto da APROPUC, da AFAPUC e da Fundação São Paulo

Considerando a tradição de negociações havidas em anos anteriores entre a Fundasp e as associações representativas dos professores e funcionários, sempre com o intuito de constituir, por meio dos Acordos Internos, uma forma justa de composição dos interesses da empregadora e de seus funcionários e professores;

Considerando a importância da manutenção de direitos trabalhistas que configuram conquistas históricas para os professores e funcionários da Fundasp;

O Secretário Executivo, a Procuradora da Fundasp, os representantes da APROPUC e da AFAPUC, reunidos na

manhã do dia 13/3/2017, deliberaram pela prorrogação dos Acordos Internos de Trabalho firmados em 2016, até 30/4/2017.

Ficou definido também que às segundas-feiras pela manhã, a Fundasp e as associações se reunirão, para início das tratativas sobre as cláusulas dos novos Acordos Internos de Trabalho, que serão assinados após a publicação das Convenções Coletivas.

Passado o período de prorrogação dos Acordos Internos, sem que tenham sido assinadas novas Convenções Coletivas e, consequentemente, novos Acordos Internos, a Fundasp e as Associações se reunirão novamente, visando garantir o direito dos funcionários e professores.

Nota da AFAPUC à Fundação São Paulo

Senhor Secretário,

Informamos que os funcionários administrativos reunidos em assembleia na data de ontem decidiram rejeitar a nota conjunta nos termos que foram propostos por entenderem que o Acordo Interno prevê benefícios coletivos e não individuais.

Decidiu ainda a plenária reivindicar à essa Secretaria a manutenção da ultratividade do último acordo interno firmado até que se assinasse novo acordo. Esta reivindicação levou em consideração os transtornos causados aos trabalhadores e familiares que tiveram seus benefícios interrompidos intempestivamente. Tal intempestividade ocasionou desequilíbrio orçamentário e emocional aos trabalhadores que se viram da noite para o dia sem condições de pagar a escola de seus filhos; sem o subsídio do bandeijão; sem a possibilidade de pedir

o vale, entre outros, fatos que estão interferindo diretamente na vida de centenas de pessoas.

Diante do exposto e na certeza de que esta Universidade continuará pautando suas ações sempre voltadas ao cumprimento do seu compromisso social, do seu caráter filantrópico/confessional e condizentes com os preceitos católicos que norteiam suas ações e estão previstos em seu Estatuto/Regimento aguardamos manifestação dessa Secretaria e permanecemos ao dispor.

Francisco Cristovão
Presidente da AFAPUC
9/3/2017

Esta nota foi posteriormente endossada pela APROPUC em sua assembleia de 10/3

Editorial

Rumo à greve geral, contra o desmonte do Brasil!

O Brasil vivencia hoje uma das piores crises de sua história. Longe de dar as soluções que a burguesia esperava, o governo golpista de Michel Temer mergulha o país em uma das piores crises de sua história: entramos 2017 com a maior taxa de desemprego já registrada pela série histórica do IBGE, mais de 13 milhões de pessoas não encontram emprego, sem contar os milhões de trabalhadores que hoje vivem na informalidade, sem carteira assinada; o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu pelo segundo ano seguido, em 2016, e confirmou a maior recessão da história do país, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com uma retração de 3,6% em relação ao ano anterior; o declínio da inflação no início do ano longe de ser um resultado alvissareiro mostra que o brasileiro já não tem nem mais dinheiro para comer.

Diante dessa situação o capital só encontra a velha saída: arrochar a classe trabalhadora para garantir a sua sobrevivência. Não existe mágica e o governo golpista de Michel Temer busca através de "reformas" apaziguar a sanha do agronegócio, dos mercados e investidores internacionais.

Na verdade, como bem lembraram os professores e funcionários nos debates promovidos pela APROPUC e AFAPUC no dia 15/3, não se trata de promover reformas, o capita-

lismo já está mais do que remendado nestas plagas. O que Temer está fazendo é a aniquilação de todos os direitos trabalhistas conquistados ao longo da história de lutas da classe trabalhadora brasileira.

Se aprovada a reforma da Previdência será quase impossível que um trabalhador se aposente em condições dignas antes dos 65 anos de idade e 49 anos de trabalho registrado em carteira. Se atentarmos para o fato de que em grandes regiões do país a expectativa de vida mal alcança os 65 anos e que milhões de trabalhadores vivem hoje na informalidade, sem condições de pagar INSS, constatamos que somente uma parcela ínfima da população poderá se aposentar nos próximos anos. Pior também para quem já está aposentado que verá a desindexação do salário mínimo dos benefícios da Previdência. Enquanto despendemos uma parte considerável do PIB no pagamento de juros ao capital internacional, transfere-se a conta para o trabalhador que nada auferiu com estes "empréstimos". Ironicamente quem defende as "reformas" são deputados que têm uma aposentadoria privilegiada, que pode ser conquistada com pouquíssimo tempo de trabalho. O próprio Michel Temer aposentou-se aos 55 anos de idade, não como professor da PUC-SP que ele foi, mas como parlamentar que tem direitos diferenciados de toda população.

Já a "reforma" trabalhista rasga de cima abaixo a

Consolidação das Leis do Trabalho. Ainda que precário, incompleto, esse instrumento garantia o mínimo de sobrevivência digna ao trabalhador. Agora, com a introdução do acordado sobre o legislado o patrão não terá mais obrigação de seguir a carta. Direitos como 13º salário, horas extras, férias, FGTS, são colocados sob suspeição e dependendo da vontade do empregador.

Aqui na PUC-SP presenciemos um ensaio destas medidas quando, tendo na mira as deliberações do ministro Gilmar Mendes do STF que suspendeu a ultratividade, a Fundasp pretendeu suspender os efeitos do acordo interno de trabalho até que novo texto fosse acordado (veja matéria na capa desta edição). Por outro lado a introdução cada vez maior de trabalhadores terceirizados em condições desiguais àqueles contratados pela mantenedora e a possibilidade que essa situação se estenda às atividades fins, a manutenção de precarizações do contrato de trabalho através de maximização e represamento, denigrem uma instituição que se pautou pela qualidade de suas relações profissionais.

Contra a barbárie que se pretende instaurar os trabalhadores, as mulheres e a juventude deflagraram uma paralisação em todo o país no dia 15/3, pelo menos 19 capitais organizaram atos, passeatas, manifestações, levando às ruas centenas de milhares de pessoas. Em uníssono, bradando contra as "reformas" que o governo golpista quer impingir à

população, essas vozes se juntaram ao coro de milhões de vozes do mundo todo que protestam contra o avanço de uma direita sanguinária.

A mídia, que apoiou abertamente o golpe de 2016, mostrou mais uma vez a sua omissão ou em alguns casos, o que é pior, sua tentativa de falsificar a realidade: quem tentou se informar através dos telejornais ou pela maioria da grande imprensa deparou-se com meros problemas de trânsito, pessoas prejudicadas pela ausência de serviços ou propostas absurdas como fazer a paralisação depois do período de aulas para que os alunos não saíssem prejudicados.

Mas, se o dia de paralisação foi positivo e mostrou aos governantes que não somos marionetes, é preciso dar sequência à mobilização, na defesa de condições dignas de trabalho, salário e aposentadoria. Somente através de uma greve geral que envolva amplos setores da população brasileira é que poderemos iniciar um processo de mudança social, onde a exploração do homem pelo homem deixe de existir.

Por isso, APROPUC e AFAPUC unem-se ao clamor da sociedade brasileira e proclamam:

Fora governo golpista de Michel Temer!

Não às reformas da Previdência e Trabalhista!

Pela Greve Geral!

GAUCHE NA VIDA

15/3/2017:

Paralisação nacional - ato unitário no MASP contra a reforma da previdência!

Construir greve geral já!

Bia Abramides

As contrarreformas da previdência social e trabalhista que estão em curso impulsionadas pelo governo golpista, ilegítimo e usurpador de Michel Temer são as mais demolidoras de todos os governos desde 1989, em que se inicia o neoliberalismo no país. A contrarreforma da previdência apresenta medidas em que o(a) trabalhador(a) terá que trabalhar até quase o fim da vida. Pretende aumentar para 49 anos o tempo de contribuição e elevar a idade mínima entre 65 a 70 anos para ter a aposentadoria integral. As mulheres e mães com jornadas duplas ou triplas de trabalho serão as mais prejudicadas e as mulheres negras ainda mais, por estarem na base da pirâmide. Na terceirização a negação de direitos supera, significando a desregulamentação generalizada das relações de trabalho nas atividades meio e fins.

A pensão deverá ser reduzida para 50% do valor sem poder acumular esse benefício com outra aposentadoria. A previdência não é deficitária, em 2015 registrou-se um superávit de 11,2 bilhões. A questão é que o recurso da previdência é desviado para o pagamento da dívida pública, agora ampliado para 30% da DRU (desvinculação das receitas da união) para satisfazer o interesse do capital financeiro

e não à aposentadoria dada dos trabalhadores, acrescido do não repasse do recolhimento devido do Estado e das grandes indústrias, bancos e comércio para a previdência.

A contrarreforma trabalhista prevê o acordado sobre o legislado, aumento das horas mensais de trabalho, férias escalonadas, fim do 13º salário, FGTS, entre outros. A lei da terceirização que hoje já destrói direitos trabalhistas nas atividades meio quer ampliar para as atividades fins, aniquilando as relações de trabalho e rasgando as parcas medidas contidas na CLT. Tramitam ainda no Congresso Nacional 55 projetos de lei que acabam com direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados. A imposição do teto de gastos públicos por 20 anos aprovada no congresso nacional é uma garantia para o pagamento aos investidores em detrimento dos compromissos com educação, saúde, assistência social e salários do funcionalismo público. As contrarreformas a serviço do capital financeiro internacional já vem desde os governos de FHC, Lula e Dilma, sendo que neste último foram estabelecidos dois decretos a saber 664 e 665 que limitam a pensão em 50% e ampliam o prazo para um ano de trabalho para obtenção do seguro desemprego que com a alta rotatividade das demis-

sões, em curto prazo, retira esse direito da grande maioria dos trabalhadores. Na ponte para o abismo do Governo Temer nos deparamos com os maiores ataques sobre a classe trabalhadora na destruição de seus direitos. Não podemos nos calar! Somente uma greve geral da produção e dos serviços pode barrar essas reformas!

Em 15/3 as centrais sindicais organizaram um dia nacional de paralisação contra a Reforma da Previdência. Na PUC-SP a APROUC e a AFAPUC conclamaram os(as) professores e funcionários(as) a paralisar suas atividades. Fizemos um ato debate na Prainha, pela manhã, para falar dessas reformas, e estiveram presentes professores(as), funcionários(as), estudantes.

Estive no ato unitário no Masp na Avenida Paulista que esteve completamente tomada dos dois lados! No ato nos informaram que havia entre 250 a 300 mil pessoas. De qualquer maneira "um mar de gente", bastante expressivo, mostrando disposição de luta da classe. Trabalhadores com palavras de ordem: "Greve Geral Já"; "A Previdência vou defender, Greve Geral é pra valer"; "1,2,3,4, 5.000 ou para essa reforma ou paramos o Brasil"! Carros de som de várias centrais. Andei por toda Paulista, trouxe panfletos de várias organizações. As informações sobre as paralisações

que consegui anotar: correios, metroviários (ameaçados pelo governo Alckmin), eletricitários, professores da rede municipal, estadual e federal, judiciário, professores, estudantes e funcionários da USP, servidores federais do INSS, metalúrgicos de São José dos Campos, paralisação de transportes, ônibus até às 8h e metrô quase o dia todo. Presença de muitos movimentos sociais, populares e sindicais; juventude das escolas ocupadas; movimentos contra opressão de mulheres, racial, indígena, LGBT; eletricitários, trabalhadores rurais e urbanos, sem teto, sem terra, movimentos de mulheres, MST, MTST, Luta Popular, coletivos de lutadores, partidos de esquerda entre outros setores de trabalhadores. A capital paulista apresentou 140km de congestionamento pela manhã, recorde em 2017, por conta da paralisação dos transportes e piquetes; avenidas e marginais travadas, Dutra e Tietê; petroleiros paralisaram em alguns estados, atingiu todo o funcionalismo público do país, estivadores pararam em Santos, com forte repressão. Professores municipais decretaram greve por tempo indeterminado e professores estaduais deliberaram por greve de três dias. Outros atos serão importantes, mas é ne-

continua na próxima página

continuação da página anterior

cessária a GREVE GERAL! Quero lembrar que em 2016 muitos atos foram realizados, mas as direção da CUT, que tem uma grande concentração de sindicatos operários, da produção a ela filiados, não impulsionou a Greve Geral contra o golpe, canalizando para o parlamento as vozes das ruas, em uma ilusão de que o parlamento, o mais reacionário da república viesse a barrar o golpe. Nesse momento, a CUT e CTB, governistas, a partir dos governos Lula e Dilma, da mesma maneira se baseiam nas mobilizações das ruas para a luta institucional voltada ao processo eleitoral de 2018, mediante o desgaste do impopular governo golpista de Temer, já iniciam a campanha Lula 2018. A Força Sindical, do sindicalismo de resultados apoia o governo golpista e se vale das mobilizações para negociar pequenos ajustes. A Conlutas e Intersindical, como entidades combativas, tem pouca representação em sindicatos da produção. Portanto nessa conjuntura de destruição de direitos as centrais sindicais devem construir uma frente sindical classista e organizar a greve geral, com autonomia e independência de classe contra essas reformas demolidoras de direitos. A retomada das assembleias de base, desde as fábricas, dos locais de trabalho, pode levar a maioria explorada e oprimida a se contrapor às medidas de destruição da vida! Essa é a maneira concreta de lutar pela derrubada do governo Golpista e garantir nossos direitos!

Bia Abramides é professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxistas (NEAM) e diretora da APROPUC-SP.

Estudantes reúnem-se para discutir criminalização de colega

No dia 16/3 em uma roda de conversa intitulada "Outra PUC SP é possível: movimento estudantil ontem e hoje" estudantes e ex-estudantes da PUCSP reuniram-se afim de debater sobre Bruno Matos, estudante de Jornalismo, militante do RUA - Juventude Anticapitalista, proulista e um dos 5 estudantes processados pela Fundasp, o único que segue sendo criminalizado por fazer parte da mobilização estudantil de março de 2015.

Tudo começou durante a ocupação da reitoria realizada por estudantes mediante assistência estudantil e contra o aumento abusivo do bandeirão. Entre o final de 2014 e começo de 2015 a ex-reitora da Anna Cintra também demitiu vários funcionários, deixou de abrir bolsas institucionais da Fundasp, fechou cursos e aumentou a mensalidade significativamente.

O movimento estudantil se mobilizou no início do mesmo ano para convidar a então reitora a uma audiência pública. Após inúmeros pedidos de reunião recusados, foi ocupada a reitoria



Estudantes se manifestam contra punição de colega

como ato político. A ocupação durou cerca de 48h até o pedido de reunião com a ex-reitora e o padre Rodolpho Perazzolo ser marcada, prometendo atender alguns de seus pedidos.

O movimento concordou em pagar os danos causados pela ocupação desde que nenhum estudante fosse criminalizado, o que não foi cumprido. Bruno e mais 4 estudantes foram responsabilizados sem nem ao menos serem notificados que um processo foi aberto contra eles, e nem provas físicas de que os alunos participaram.

Uma audiência ocorreu no começo deste ano no qual a Fundasp levou uma proposta de que os estudantes devem arcar com os custos da porta danificada durante a ocupação e os honorários do processos em 10% do valor da causa, que é no total de 10 mil reais, além de uma carta de retratação para que o processo fosse retirado, o que foi recusado. A sentença foi de que Bruno é culpado por ter sido o porta voz da causa, enquanto os outros 4 estudantes foram absolvidos por falta de provas.

ASSEMBLEIAS

Funcionários

23/3 Feira - 14hs - Sala 134-C

Professores

20/3 - 2ª Feira 18hs - Sede da APROPUC

Acordo Interno de Trabalho

Milhares param em todo país contra as reformas de Temer

No dia 15/3, em todo o país, a classe trabalhadora manifestou a sua insatisfação contra a barbárie que o governo golpista de Michel Temer pretende instaurar no país. As reformas pretendidas por aqueles que sustentam o governo fantoche de Michel Temer vão liquidar literalmente com direitos conquistados pelos trabalhadores brasileiros ao longo de décadas de luta e sofrimento.

Por isso em pelo menos 19 capitais e dezenas de cidades por todo o país ouviu-se o clamor da população contra o sucateamento de suas conquistas. Mas a luta não deve parar por aí: as centrais sindicais combativas entendem que somente uma greve geral ampla poderá demover os golpistas de sua posição de entrega dos nossos direitos ao capital internacional.

Por isso é que professores já acenam com movimentações de paralisação para os próximos dias: em diversos estados brasileiros como Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, entre outros, os professores de educação básica iniciaram uma paralisação por tempo indeterminado.

Em São Paulo os professores estaduais, em uma assembleia com 50 mil pessoas, decidiram deflagrar greve geral a partir de 28/3, contra a PEC 287 que propõe as mudanças na Previdência. A paralisação acontece exatamente no dia em que a PEC entrará em votação na Câmara dos Deputados. A categoria deverá realizar nova assembleia em 31/3 para avaliar a situação. Nesta página e na seguinte acompanhe as fotos da movimentação do dia 15/3.



FOTOS WILTON JR. E MARTA CAMPOS



Nas fotos superiores alguns momentos das manifestações em São Paulo; na foto acima os funcionários da PUC-SP de Sorocaba fazem manifestação no campus: " não paralisamos nossos trabalhos, mas estamos em LUTO pela atual situação do país e pelo nosso acordo interno que ainda não foi assinado!!!" diziam eles; à direita o MST ocupa o Ministério da Fazenda.



APROPUC e AFAPUC organizam debate sobre reformas

No dia 15/3, como uma preparação para as manifestações que ocorreram no período da tarde, a APROPUC e a AFAPUC realizaram um debate na Prainha sobre as reformas em tramitação no Congresso Nacional. A ideia era repetir o debate no período noturno, mas, em razão da paralisação, a universidade foi fechada e o ato noturno acabou não acontecendo.

Estiveram presentes o professor Jason Borba, diretor da APROPUC e coordenador do debate, Nalcir Antonio Jr., diretor da AFAPUC, e as professoras Maria Socorro dos Reis Cabral, do Serviço Social, e Camila Kimie Ugino, da FEA.

Abrindo as falas, Nalcir Antonio Jr. detalhou as reformas trabalhistas e da previdência e seus efeitos sobre os trabalhadores da casa. Nalcir lembrou também que já estamos viven-



CASSIANOTERRA

Na foto à esquerda a intervenção de Maria do Socorro, tendo à esquerda Nalcir Antonio Jr. e à direita Jason Borba e Camila Kimie

do na universidade uma prévia das reformas quando a Fundasp negou-se a prorrogar o acordo interno de trabalho.

Jason Borba ressaltou o papel da APROPUC na defesa do direito dos professores contra a super exploração do capitalismo selvagem. "A organização independente dos trabalhadores será o norte da APROPUC na luta que se aproxima", disse.

Maria do Socorro, por sua vez, historiou o papel que

a Previdência tem hoje como um instrumento de proteção aos trabalhadores na sociedade capitalista, enfatizando que as alterações que se pretendem introduzir na legislação antes de se constituírem em uma reforma se constituirão em uma liquidação de direitos. "Vocês que estão aqui [disse a professora referindo-se aos estudantes] muito provavelmente não se aposentarão se forem aprovadas estas reformas", concluiu Socorro. Finalizando, Camila Kimie contrapôs-

que o propalado déficit da Previdência com o valor que gastamos com juros, dos quais ninguém sabe a procedência. Lembrou que hoje na Europa muitos jovens estão presentes nas manifestações contra corte nos direitos, porque entendem que eles serão o alvo preferencial das reformas.

Finalizando o ato, o professor Lucio Flavio Rodrigues de Almeida, da Faculdade de Ciências Sociais, e um estudante de Economia fizeram uso da palavra.

Ato debate situação indígena no Brasil:

517 anos de descaso, preconceito, e violação de direitos

Na terça-feira, 14/3, um debate na PUC-SP reuniu lideranças indígenas e professores para discutirem a situação do índio no Brasil. No encontro a APROPUC, que apoiou o encontro, foi representada pela professora Vera Lucia Vieira do departamento de História. O Tribunal Popular contra os crimes do capitalismo, um dos organizadores do encontro, estava presente junto a integrantes guarani kaiowá membros da Assembleia da Juventude e do Conselho da Mulher Indígena.

Para os participantes, desde o início da colonização do Brasil os Povos Indígenas vêm sofrendo mudanças em suas vidas.

Muitas dessas transformações foram consequência de atos violentos cometidos: milhares de indígenas foram mortos durante os combates de resistência contra as imposições dos colonizadores, o que acontece ainda na atualidade. Infelizmente, a violação dos direitos dos índios é muito comum. Os problemas vão do acesso à educação e saúde, a questões territoriais e de identidade cultural.

Projetos políticos e econômicos vêm impactando seriamente as terras indígenas, como a PEC 215, a qual propôs alterar a Constituição para transferir ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas, territórios qui-



ANA AMOROSO

Na mesa do debate Lucine, Dani e Adelia, de aldeias Guarani Kaiowá, da Assembleia da Juventude e do Conselho da Mulher Indígena, seguida pela professora Vera Lucia Vieira, Sassá Tupinambá, do Tribunal Popular, Araldo e Clara também Guarani Kaiowá.

lombolas e unidades de conservação no Brasil. Nesse cenário, estão presentes os mais de 240 povos indígenas, com culturas e mais di-

versas crenças, falantes de inúmeras línguas diferentes, resistindo e lutando a cada dia na busca de autonomia e empoderamento.

ROLA NA RAMPA

APROPUC prepara comemorações do centenário da Revolução Russa

A APROPUC está iniciando a organização de uma série de eventos que marcarão o centenário da Revolução Russa. No dia, 14/3, foi realizada uma primeira reunião ampliada de coordenação das atividades. Estiveram presentes representantes dos núcleos de pesquisa da PUC-SP, diretores da APROPUC, AFA-PUC, alunos e ex-professores da PUC-SP, além de representantes de movimentos sociais. A cargo do professor Antonio Rago Filho está a coordenação de um eixo de atividades relativas aos núcleos de pesquisa da PUC-SP, da Fundação Santo André em conjunto com a editora Boitempo, cujos eventos

estarão concentrados principalmente no mês de outubro de 2017, na semana em que as universidades brasileiras estarão concentrando suas comemorações. A cargo dos professores Jason Borba, Antonio Mazzeo, Antonio Rago Filho e Mauro Luiz Peron, diretores da APROPUC, está a coordenação das atividades de comemoração que irão se desenvolver de abril até outubro, focadas na conjuntura atual e no legado da Revolução Russa. Para participar das próximas reuniões entre em contato com a APROPUC pelo telefone 11 3872-2685 ou pelo e-mail apropucsp@uol.com.br.

Psicólogos lançam manifesto por sociedade sem manicômios

Os movimentos Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica estão lançando um manifesto em defesa da democracia, dos direitos sociais e por uma sociedade sem manicômios. Colocando-se frontalmente contra a política implantada pelo governo golpista de Michel Temer, os movimentos entendem que "A hora é de recrudescer a resistência e fortalecer as formas de luta que já estão em processo de orga-

nização nos municípios e estados". Nesse sentido os psicólogos convocam a categoria para um encontro nacional para traçar estratégias de combate contra o estado de exceção e em defesa da reforma psiquiátrica, da luta antimanicomial, do SUS, e dos direitos sociais já conquistados. O manifesto está na página <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR98113>

Naci discute Sustentabilidade Global

O Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (Naci), do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP, convida a comunidade a participar do debate Sustentabilidade Global e Realidade Brasileira, a ser realizado em 29/3, em sala a ser determinada. O evento será aberto com uma conferência do professor Ildo

Saur, doutor em Engenharia Nuclear (MIT) e professor titular da Universidade de São Paulo (USP), seguido de quatro mesas com professores da PUC-SP e outras instituições. As comunicações podem ser enviadas até 20/3, aos cuidados de vagnerocner@terra.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 3670-8516.

LANÇAMENTO DO LIVRO

29/03/2017
19 horas

LUIZ BERNARDO PERICÁS

CAIO PRADO JÚNIOR
UMA BIOGRAFIA POLÍTICA

Palestrante: Luiz Bernardo Pericás
Prêmio Juca Pato - UBE-2016 pelo livro "Caio Prado Júnior: Uma biografia política" - Editora Boitempo

Debatedor: Antonio Carlos Mazzeo
Pós Serviço Social

Coordenação: Beatriz Abramides
NEAM-Pós Serviço Social

Auditório 117A
D. Paulo Evaristo Arns

PUC-SP
Rua Ministro Godóy, 969

Organização e apoio

APROPUC
Associação dos Professores da PUC-SP

NEAM: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento marxista- Pós em Serviço Social
NEHTIPO: Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder- Pós em História
NEILS: Núcleo de Estudos sobre Ideologia e Lutas Sociais- Pós em Ciência Política
GECOPOL: Grupo de Pesquisa em Economia Política- Departamento de Economia- FEA
HIMEPE: Núcleo de História Memória e Pensamento Econômico- FEA
NEPI: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade- Programa de Pós Graduação em Serviço Social
NETRAB: Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão- Programa de Pós Graduação em Serviço Social

Websérie analisa redução da maioria penal

No dia 22/3, às 10h, vai ao ar o primeiro episódio da websérie documental "O Filho dos Outros", sobre a redução da maioria penal, produzida em quatro episódios pelos ex-alunos da Faficla e antigos colaboradores do **PUCviva**, Bruno Garibaldi, Caio Zinet e Marina D'Aquino, a Zazá, entre outros membros que compõem o Coletivo Rebento. A websérie nasceu com o potencial de qualificar o debate público sobre a redução da maioria

penal a partir da voz da juventude e de pesquisadores que estão debruçados sobre o tema e seus desdobramentos. No dia anterior ao lançamento na web, 21/3, Dia Internacional contra a Discriminação Racial, será realizada a pré-estreia da websérie no Teatro de Container da Cia Mungunzá (Rua dos Gusmões, 43 - centro), a partir das 18h30. Para acompanhar todos os detalhes, acesse: www.facebook.com/ofilhosdosoutros.

APROPUC reafirma posição sobre o caso Edson Passetti

Na semana passada não ocorreram novos desdobramentos em relação ao processo movido contra o professor Edson Passetti. A APROPUC aproveita para reafirmar sua posição pela retirada do intempestivo processo administrativo movido contra o professor por entender que o processo administrativo não é o instrumento adequado nes-

se caso. Por outro lado entende também que a chamada Justiça Restaurativa mostra-se inadequada, uma vez que a priori, já criminaliza uma das partes. A APROPUC espera que se estabeleça um novo patamar de discussão para que desentendimentos desse porte possam ser tratados de maneira democrática e sem arroubos de criminalização.